



O QUE FAZ O BRASIL SER O BRASIL?

Renato Nucci Jr. – Organização Comunista Arma da Crítica

O que faz o Brasil ser o Brasil? Por que um país com riqueza natural abundante, dotado de grandes reservas minerais, com extensa área agricultável, com amplas reservas de água doce, com um povo dotado de imenso potencial, tem sua existência marcada por desigualdades sociais e disparidades regionais gritantes? Por que um país com tantas vantagens naturais não está entre os “desenvolvidos”? Gerações de brasileiros e brasileiras se perguntam as razões de sermos tão “atrasados” econômica, política e culturalmente. Autêntica preocupação popular faz parte de todo tipo de roda de conversa. Nos pontos de ônibus, nos botequins, nos encontros de família, enfim, em todos os espaços públicos onde o povo trabalhador se reúne a existência de contradições sociais e regionais gritantes é tema de conversa. O tema faz parte do cotidiano e do imaginário popular do povo brasileiro por décadas.

Dentre aqueles dedicados ao estudo sistemático da realidade brasileira, pensadores da estatura de Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Hollanda, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Florestan Fernandes, entre tantos outros, a partir de ferramentas teóricas distintas, buscaram entender as causas dessa nossa condição. Não se limitaram, contudo, a entendê-las, mas utilizaram suas conclusões para apontar saídas de nossa condição, “subdesenvolvida” para uns, “dependente” para outros, e mesmo “reflexa” para outros mais. No caso dos pensadores brasileiros, em suas mais diversas vertentes, suas conclusões apontam quase sempre para um “vício de origem”. Seria uma espécie de “pecado original” cuja magnitude teria deixado marcas profundas na consciência nacional. As conseqüências seriam sentidas até hoje. Dentre elas destacamos o patrimonialismo, o nepotismo, ambos reflexos de uma incapacidade de todas as classes sociais internalizarem valores culturais e comportamentais baseados em uma postura racional e impessoal, característica que seria intrínseca aos países desenvolvidos.

Jessé Souza apresenta uma crítica contundente sobre o porquê de o Brasil ser assim. Em seu novo livro, *A Tolice da Inteligência Brasileira*, Souza empreende um esforço de desconstrução das principais teses explicativas sobre a condição do Brasil. Para Jessé, autores como Sérgio Buarque, Raymundo Faoro, Gylberto Freire e Roberto DaMatta, teriam feito uma “leitura” do Brasil cujo objetivo seria o de consagrar as virtudes do mercado e da iniciativa privada sobre o Estado. Todos os piores vícios da vida nacional, atingindo indistintamente a “elite” e o “povo”, causas da nossa condição subdesenvolvida, estariam no fato de não termos absorvido um conjunto valorativo de normas como racionalismo, eficácia e impessoalidade. Estaríamos marcados, de acordo

com a análise de Jessé Souza sobre esses autores, por um forte traço cultural pré-moderno.

Para Jessé Souza, a permanência até os dias de hoje desse conjunto explicativo sobre o Brasil, estaria a serviço da manutenção de uma das sociedades mais desiguais do mundo. No âmbito dessa estrutura explicativa, a causa de nosso atraso estaria na incapacidade manifestada por todas as classes sociais, ao se mostrarem incapazes de absorverem as normas sócio-culturais do capitalismo desenvolvido. Para Jessé, a crítica feita por esses autores ao Estado serviria ao propósito de barrar o acesso das classes menos favorecidas, como a ralé e os batalhadores brasileiros, a um conjunto de políticas distributivas, cuja finalidade não seria outra senão a de realizar um acesso menos desigual à repartição de bens escassos. Para barrar esse acesso via Estado, entendido por esses autores como o principal causador de nossas mazelas devido a sua ineficiência e por ser espaço de transações escusas movidas por princípios como o nepotismo e o patrimonialismo, as teorias sociais construídas para interpretar as razões de nosso “atraso” e de nosso “jeitinho”, não passaria de uma justificativa chique e elegante de manter a nossa secular desigualdade. Funcionaria esse conjunto explicativo como um mecanismo de reprodução ideológica e de legitimação de nossas desigualdades “para que a reprodução de privilégios tão flagrantemente injustos seja eternizada” (SOUZA: 2016, p. 11).

Procurando desvendar as bases interpretativas de nossa formação social, as ciências sociais brasileiras teriam se valido de uma visão culturalista para explicar a permanência das relações sociais pré-modernas imperantes em nosso país. Esta se dividiria em duas vertentes. Com Gylberto Freire criou-se a imagem de uma miscigenação racial vista como positiva, pois diluiria todas as nossas diferenças, principalmente as de classe, além de associar ao caráter nacional idéias como hospitalidade, sensualidade, cordialidade, qualidades típicas da pré-modernidade. Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, via nas qualidades pré-modernas, principalmente a do homem cordial, um empecilho à modernização do país. Na opinião de Jessé Souza, Buarque, ao ver as relações políticas brasileiras dominadas por esse homem cordial, construía um discurso que dividiria a sociedade entre o mercado imaculado e o Estado corrupto e foco de nossos piores vícios. Se Freire e Buarque viam o homem brasileiro como sujeito movido por valores pré-modernos, comparativamente os Estados Unidos aparecem como o lócus da superioridade moral e cultural a ser almejada.

A legitimação de uma ordem social injusta como a brasileira deslocaria o fator essencial da análise para questões secundárias. Uma delas é a do patrimonialismo, em que a corrupção se torna um “privilégio” exclusivo do aparato estatal. Raymundo Faoro seria o principal defensor dessa tese expressa em seu *Os Donos do Poder*, com o Estado assumindo um caráter intrinsecamente demoníaco em relação ao mercado. Na opinião de Jessé Souza, Faoro defenderia a tese de que teria ocorrido um transplante da estrutura sócio-político-econômica de Portugal para as nossas terras, cuja marca principal seria a formação de um estamento social que controla o aparelho de Estado e impõe limites à livre atividade econômica. Esse estamento tem como seu *modus operandi* uma prática

patrimonialista, cujo resultado para Faoro, na opinião de Jessé, seria “a crença liberal clássica de que a ação estatal acarreta, invariavelmente, o amortecimento das forças vitais de uma sociedade” (p. 67).

Poderíamos aqui listar todos os pensadores brasileiro criticados por Jessé Souza. Mais importante, contudo, é ter em vista os objetivos do autor com tais críticas. Para Jessé, demonizar o Estado e ver no mercado a fonte de todas as virtudes, como faz os autores por ele criticados, seria a maneira de as elites dominantes deixarem intocáveis as fontes de seus privilégios, mantendo intactas nossas gritantes desigualdades sociais. Se o Estado é ruim e o mercado é bom, logo, esse maniqueísmo resulta em uma crítica das elites, aqui incluídos os diferentes estratos das camadas médias urbanas, às políticas compensatórias atualmente em curso introduzidas pelos mandatos petistas. Toda essa sanha anti-estatista e pró-mercado teria por objetivo dificultar o aparecimento nas classes menos favorecidas, de comportamentos que lhes permitam concorrer em pé de igualdade com as chamadas “elites”, principalmente com estratos das camadas médias, ao acesso a bens econômicos escassos. Em suma, o grande mérito dos mandatos petistas teria sido o de dinamizar o capitalismo brasileiro, criando condições para o aparecimento de uma efetiva concorrência e competitividade entre os de baixo. Logo, explicar-se-iam as razões do repúdio manifestado pelas classes médias contra os mandatos do PT, transformado em verdadeiro ódio de classe dos mais abonados para com os mais pobres.

A causa da atual onda conservadora, consumada com o afastamento de Dilma da presidência da República, seria reação das “elites” às transformações ainda que pequenas causadas pelos mandatos petistas com suas políticas que teriam alterado o funcionamento “normal” do capitalismo brasileiro. Teriam os governos de Lula e Dilma se caracterizado justamente pela adoção de um conjunto de políticas que difundiu pressupostos capazes de permitir uma competição mais bem sucedida no mercado para parcelas da sociedade até então excluídos dos benefícios econômicos. O resultado seria uma alteração nas condições privilegiadas de acesso a bens econômicos escassos, antes reservados apenas a parcelas ínfimas da sociedade. Como essas mudanças tiveram em sua origem políticas estatais, explicar-se-ia os motivos para os atuais ataques contra o “estatismo” visto como o *locus* de nossos piores vícios, em contraposição ao mercado, visto como espaço por excelência de todas as virtudes morais e éticas.

Entender a fundo essa interpretação do autor para o atual cenário político brasileiro requer entender como ele interpreta essa própria realidade. De certa maneira, Jessé também identifica em nossa formação social um “vício de origem”. Estudá-la é importante não por um gosto polemista abstrato, mas porque dela deriva uma leitura da realidade brasileira que embasa e orienta a ação política das classes sociais. Para tanto, mesmo nos desviando do enfoque original, limitado inicialmente a analisar a última obra de Jessé Souza, é importante analisar aqui outro livro do autor, a nosso ver o alicerce teórico de suas investigações sobre a realidade brasileira. Trata-se de *A Construção Social da Subcidadania*, no qual está fundamentada com mais vigor teórico sua análise sobre as causas para a permanência de nossa desigualdade e contradição

sociais. Trata-se de um trabalho de fôlego que alicerça as críticas feitas em *A Tolice*, obra a nosso ver que sem abdicar completamente da análise teórica, realiza uma intervenção prática na atual conjuntura.

Em *A Construção Social da Subcidadania*, Jessé Souza já aponta nas primeiras linhas de seu trabalho sua tentativa de explicar, sem o recurso às leituras tradicionais do Brasil permeadas pela idéia de ainda sobreviverem em nossas condutas político-sociais valores pré-modernos, quais seriam as “dificuldades de consolidação de uma ordem democrática e de mercado competitiva e eficiente” (SOUZA: 2006, p. 13). Esse trecho já esboça o pressuposto teórico do autor, para quem o capitalismo representa uma predisposição, ou um *habitus*.

A utilização por parte de Jessé Souza do conceito de *habitus*, forjado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, tem implicações importantes em sua análise sobre a realidade brasileira. O *habitus* “Seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas” (SOUZA, p. 43). O *habitus* seria, em suma, “um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas” (SOUZA, p. 44). O *habitus* seria uma interiorização não-reflexiva de valores que preside as escolhas, um mecanismo de internalização da objetividade.

O conceito de *habitus* aplicado por Bourdieu, com impactos na definição de classe social, estrutura toda a argumentação de Jessé Souza. Para este, as classes sociais se distinguem no espaço social, a partir de seus *habitus* específicos, gerando uma prática social comum. Estas serviriam tanto para legitimar inconscientemente os interesses das classes médias, como interditar o acesso das camadas mais empobrecidas da massa trabalhadora a certas disposições psicossociais, que lhes permitiria adquirir um capital cultural capaz de torná-las aptas a concorrer em pé de igualdade no mercado, resultando em condições mais equilibradas para disputar o acesso a bens econômicos escassos.

Diferente das interpretações convencionais sobre o Brasil, para as quais nosso atraso se deve a permanência de uma cultura pré-moderna com suas práticas personalistas e patrimonialistas, para Jessé o impedimento à formação desse *habitus* democrático e competitivo está na enorme desigualdade social. A permanência de um modelo altamente concentrador de recursos seria explicada por nossas elites, a partir de justificativas que atribuem suas causas a um comportamento pré-moderno da maioria da população. Seria este o motivo principal para uma ordem “democrática e competitiva” não ter sido forjada em nosso país, naturalizando-se por esse meio as desigualdades sociais.

Criticando as teorias tradicionais da modernização, cujo enfoque principal atribui a força das relações pré-modernas a capacidade de dominar e subsumir as relações modernas, Jessé aponta outro caminho investigativo. O problema da modernização não está em uma herança pré-moderna toda poderosa que afoga e por fim anula os valores modernos. Para Jessé, a causa do peso da pré-modernidade nos países de modernidade

periférica ainda hoje estaria na “ausência de certas pré-condições existentes na modernidade central”. Não se forjou nos países da modernidade periférica um conjunto de valores sócio-morais, ou um *habitus*, tampouco a “existência prévia de um contexto cognitivo e moral explícito, articulado e autônomo que possa se contrapor, limitando ou estimulando, a lógica própria dos imperativos funcionais que emanam de práticas institucionais consolidadas” (p. 100). Faltou na formação do Estado republicano, a partir de 1889, a difusão de um conjunto de normas e valores capazes de instituir uma sociedade competitiva. Diferentemente dos países da modernidade central, esses valores e normas teriam “sobrado”, tornando possível fazer deles o quem eles são.

O patriarcalismo e o escravismo, ao terem submetido escravos e famílias à uma situação de dependência pessoal do grande proprietário de terras, teriam impedido a ampla difusão das pré-condições presentes na modernidade central. Formou-se uma massa de homens dependentes ou agregados formalmente livres, “seres humanos a rigor dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e nas ocupações marginais da ordem produtiva” (p. 122). Essa massa humana sobrevive a partir de uma “relação pessoal de dependência objetiva que ‘aparece’, para ambos os lados, como se fosse o resultado de um acordo voluntário” (p. 125). Diante da implantação de um regime impessoal, escravos e dependentes livres se encontrariam “sem o arcabouço ideal que, nas sociedades centrais (...) [serviu] de base à economia emocional burguesa, e que permite a sua generalização também para as classes subalternas” (p. 129)

Há um pressuposto intrínseco nessa análise. Sua ênfase é que a existência do capitalismo não estaria em um regime de produção marcado por formas de propriedade privada dos meios de produção e por uma forma de exploração do produtor direto. Identificando o capitalismo como o império de uma ordem social competitiva e moderna marcada fortemente pelo cálculo racional e pela impessoalidade, no caso brasileiro “a especificidade do processo de modernização da nova sociedade” (p. 144), deve-se a ausência “de uma tradição moral ou religiosa que pudesse, efetivamente, ‘esquematisar’ o impacto modernizante das práticas institucionais transplantadas como ‘artefatos prontos’” (p. 144).

Faltou-nos, portanto, uma tradição cultural capaz de expandir e de democratizar o arcabouço institucional da nova ordem burguesa, visando atingir todas as classes sociais com essa nova conduta moral. Desse modo, “o processo de modernização instaura uma dualidade marcada pelo impacto diferencial” (p. 145), nas classes sociais e nas diferentes regiões do país, dos efeitos da modernização e sua cultura material e simbólica. Podemos concluir que na visão de Jessé Souza, a construção e permanência da subcidadania não seria fruto das condições concretas em que se deu a passagem no Brasil de um modo de produção pré-capitalista para o capitalismo. Seria interesse das elites a manutenção da subcidadania, com todas as justificativas ideológicas possíveis, travando a difusão da cultura material e simbólica própria da ordem capitalista para toda a sociedade. As elites manteriam diuturnamente uma guerra ideológica e política para

manter ausente da maioria do povo uma economia moral que lhes permitisse forjar uma ordem social competitiva característica do capitalismo desenvolvido.

No caso das burguesias européias e norte-americanas, estas teriam se empenhado em uma “homogeneização de tipo humano a partir da generalização de sua própria economia emocional – domínio da razão sobre as emoções, cálculo prospectivo, auto-responsabilidade etc. – às classes dominadas”. Referidas burguesias teriam conseguido produzir “um tipo humano transclassista” (p. 165), que teria sido “perseguido de forma consciente e decidida” (p. 166). Essa “generosidade” das burguesias dos países capitalistas centrais as levou a criar um “consenso valorativo transclassista” (p. 166), cujas regras comuns seriam obedecidas e respeitadas por todas as classes, como a dignidade e o respeito ao outro, independente de sua origem e condição social.

Parece-nos que aqui Souza comete um grave deslize ao considerar as sociedades capitalistas mais desenvolvidas de um modo idealizado. As classes subalternas desses países tiveram de encarar, até a primeira metade do século XX, uma dura luta de classe para reverter os níveis de exploração e miséria a que estavam submetidos. Quem civilizou o capitalismo, ao contrário do sugerido por Jessé, não foi o empenho das burguesias centrais em criar um tipo humano transclassista, mas a luta de suas classes trabalhadoras. O projeto burguês originalmente era o de privá-las de direitos sociais, econômicos e políticos, negando-lhes, por exemplo, o direito ao voto e mesmo a criação de associações sindicais para a defesa de seus interesses econômicos. Todas as suas conquistas resultaram de duros embates entre as classes. Suas condições de vida sempre foram duríssimas, como apontou Engels em seu trabalho pioneiro, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. O grande escritor norte-americano Jack London, em um trabalho jornalístico pouco conhecido, *O Povo do Abismo*, trás um relato estarrecedor sobre a pobreza em Londres no começo do século XX. John Reed revela em um livro de coletânea de textos, *Eu Vi um Novo Mundo Nascer*, o tratamento dado pela burguesia norte-americana a uma greve de mineiros. Émile Zola, no clássico *Germinal*, retrata com realismo as condições de vida e de trabalho de mineiros franceses. Há também uma extensa filmografia que revela, ainda que sob tinturas artísticas, a situação real das classes trabalhadoras nos países centrais. Todos são unânimes em revelarem um quadro de extrema pobreza, exploração e violência sofrida pelas classes trabalhadoras.

Foi a ameaça política representada pela classe operária à estabilidade da ordem burguesa, com valores opostos ao do liberalismo econômico, e não um ímpeto “generoso” das burguesias centrais em compartilhar com aquelas uma economia emocional, a responsável por obrigá-las através de um processo histórico a se “civilizarem”. Além do mais, a admissibilidade por parte das classes dominadas dos países centrais em repartir com mais equidade os frutos da modernidade econômica, bem como em absorver parte dos valores das classes dominadas, restringiu-se ao espaço europeu. Pois o tratamento dispensado pela “cultura e civilizada elite européia” aos povos colonizados era de um barbarismo absoluto. Os relatos de Ho Chi Minh sobre a exploração colonial francesa na Indochina, o genocídio perpetrado pelos belgas no Congo e a espoliação da China pelas potências capitalistas são alguns exemplos de

como a “economia moral” das burguesias centrais não se aplicava aos povos que sofreram com a violência do colonialismo. Mesmo nos Estados Unidos, até o final da década de 1960, imperava em vários estados, leis de segregação racial. Outro aspecto importante a ser considerado é que a espoliação colonial e semi-colonial feita pelo imperialismo foi e ainda é condição necessária para garantir uma melhoria nas condições de vida das classes trabalhadoras européias, servindo também para corromper parte da sua classe operária, que abandonavam a estratégia revolucionária de “assalto aos céus” pelas migalhas reformistas.

A legitimação da desigualdade estaria calcada em uma ideologia do desempenho que atribui valor diferencial às pessoas, de acordo com a tríade qualificação, posição e salário. O respeito e a dignidade pessoais estariam ancorados nessa tríade, legitimando ou deslegitimando o reconhecimento de grupos sociais que por razões históricas teriam em suas estruturas psicossociais a “ausência dos pressupostos mínimos para uma competição bem sucedida” (p. 170). O problema do capitalismo periférico seria, essencialmente, a ausência das “pré-condições cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas (variáveis no tempo e no espaço) do papel de produtor, como reflexos diretos no papel de cidadão” (p. 170).

Residem aqui, a nosso ver, os principais problemas na tese de Jessé Souza sobre o “vício de origem” de nossa formação social. Em todos os seus trabalhos há uma ilusão quanto ao papel intrinsecamente civilizador do capitalismo, desconsiderando sua contraditória dinâmica de trazer, por um lado, elementos civilizatórios como o desenvolvimento das forças produtivas e da ciência, e de outro reservar à maioria da população a barbárie cotidiana. No mesmo sentido, o horizonte histórico das classes dominadas se restringe a esse modo de produção. Apontando as causas que inviabilizaram o surgimento de uma ordem social competitiva e impessoal no obstáculo criado pelas elites nacionais à difusão de suas estruturas psicossociais e valores morais, Jessé Souza parece ignorar as bases materiais que forjaram um processo de constituição não-clássico de nosso capitalismo, tornando-o distinto do capitalismo constituído nos países centrais. Desaparece, inclusive, uma forma específica de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a imposição de uma especialização produtiva específica.

Todas as nossas desigualdades se resolveriam a partir da democratização das pré-condições cognitivas capazes de permitir a competição de todos os indivíduos em um mesmo patamar comum. A solução de nossas gritantes desigualdades sociais passaria, como apontamos acima na análise de *A Tolice*, por uma dinamização real do capitalismo, criando condições para o aparecimento de uma efetiva concorrência e competitividade no mercado. Sem querer forçar a barra em nossas conclusões, a solução seria criar efetivamente **igualdade de oportunidades** para todos, a partir de uma difusão ampliada dos valores morais favoráveis ao nascimento de fato da ordem social competitiva e impessoal características do capitalismo desenvolvido. Explicita-se essa posição do autor na passagem em que afirma ser o nosso maior problema “a constituição de uma gigantesca ‘ralé’ de inadaptados às demandas da vida produtiva e

social modernas, constituindo-se numa legião de ‘imprestáveis’, no sentido sóbrio e objetivo deste termo, com as óbvias conseqüências, tanto existenciais, na condenação de dezenas de milhões a uma vida trágica sob o ponto de vista material e espiritual, quanto sócio-políticas como a endêmica insegurança pública e marginalização política e econômica desses setores” (p. 184).

No Brasil, o capitalismo teria se constituído de fora para dentro, “sem o contexto ideacional de fundo moral, religioso e cognitivo” (p. 184), que teria resultado na formação de indivíduos inadaptados para concorrerem na sociedade e induzindo a formação de um valor diferencial dos seres humanos. O autor ignora as condições concretas, de tipo não-clássico (ou prussiana), sob as quais ocorreu no Brasil a passagem de uma relação pré-capitalista de produção para o capitalismo. Desconsidera Jessé, em sua análise, a especialização produtiva de nossa economia na divisão internacional do trabalho, baseada na monocultura e no latifúndio. A concentração da propriedade agrária moldou toda a nossa formação social, gerando efeitos como os absurdos níveis de concentração de renda e da propriedade, altíssimos níveis de exploração da força de trabalho (ainda maiores quando se trata da população negra), gritantes desigualdades regionais e existência desde o período colonial de uma massa da população inserida de maneira precária e instável ao sistema produtivo.

Política e socialmente, essas condições estruturais construíram um tipo de capitalismo que carrega consigo uma forte herança do modo de produção escravista-colonial. Ela inclui de forma precária e instável as grandes massas populares aos benefícios econômicos, políticos e sociais gerados pela economia capitalista. Num regime como este a luta de classes mesmo em condições formalmente democráticas, utiliza-se constantemente dos mecanismos de coerção física, através dos aparelhos estatais como a polícia e o judiciário, tanto nos grandes processos históricos como nas relações diárias e cotidianas. Essa massa popular, jogada à própria sorte, empregando-se em atividades terciárias de baixíssima produtividade e remuneração, discriminada, vista como improdutiva e ociosa, vivendo sob condições abjetas em cortiços e favelas, é um traço de nossa formação social. Já a parcela da classe trabalhadora relativamente integrada ao mercado de trabalho formal é obrigada a conviver com baixíssimos salários e altos níveis de exploração. Em poucas palavras são as condições acima descritas que fazem o Brasil ser o Brasil.

Por sua orientação teórica weberiana, Jessé Souza elenca na forma de tipos ideais as características mais relevantes do capitalismo. Todas giram em torno de um “contexto ideacional de fundo moral, religioso e cognitivo” (p. 184), mantendo intocáveis as relações de propriedade e as formas de exploração delas decorrentes. Para Jessé, portanto, a superação das contradições mais gritantes de nossa formação social, ocorreria a partir da difusão entre as classes populares desse “contexto ideacional”, para o qual a ação do Estado através de políticas públicas mesmo tímidas, como ele busca demonstrar em *A Tolice*, seriam fundamentais.

O debate aqui sustentado tem implicações importantes para a luta política e social dos explorados e oprimidos de nosso país. A nosso ver, o Brasil é o que é não por razões de tipo culturalista, como desvios de uma norma psicossocial padrão, mas, pelo tipo de capitalismo construído e instituído pelas classes dominantes do país, pelas formas como as relações de produção se constituíram a partir de uma via não-clássica de transição, carregando consigo todo um conjunto de práticas política e social pretéritas que ainda marca nossa formação social. Desse modo, qualquer projeto civilizatório obrigaria a se alterar profundamente tais relações materiais de produção. Mesmo um projeto “reformista forte”, aquele que sem romper com o capitalismo altera profundamente as características de uma formação social, precisaria mexer na estrutura da propriedade mobiliária e imobiliária brasileira, cujos reflexos se fariam refletir em uma democratização da vida política e social do país.

Ao contrário, atribuindo-se nossas contradições à inexistência de um “contexto ideacional” capaz de dotar nossa raça e os batalhadores brasileiros de condições para competir no mercado capitalista, obrigar-nos-ia a criarmos mecanismos institucionais favoráveis à igualdade de oportunidades. E estes produziram efeitos paulatinos e moleculares no processo de democratização do capitalismo. O problema dessa saída, cujo debate tem reflexos claros em termos de opções políticas no cenário atual, desconsidera o tipo de capitalismo concreto existente em nosso país. Em nossa opinião, as desigualdades sociais continuamente reproduzidas representam uma “vantagem comparativa” inigualável para a classe dominante brasileira.

A opção pela igualdade de oportunidades, adotando-se as “políticas compensatórias” como meio de criar oportunidades aos “excluídos” para concorrerem em melhores condições no mercado, e assim reformá-lo para se tornar democrático, desconsidera as condições reais sobre as quais se assenta o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital no Brasil. E ainda que Jessé não aponte claramente esse caminho, a nosso ver, leva-nos indubitavelmente a identificar na educação o meio, por excelência, de construção de uma ordem democrática na qual impere o princípio da racionalidade e da competitividade. Explicar-se-ia os motivos pelos quais as “elites”, notadamente as classes médias urbanas, teriam nos últimos anos reagidos às políticas implantadas pelos mandatos petistas, especialmente pela presença via cotas raciais ou sociais, a presença de pobres e negros nas universidades públicas.

A partir de tais ponderações, o que faz o Brasil ser o Brasil, a nosso ver, não está nos limites impostos pelas “elites” a uma difusão de valores capazes de produzir na base de nossa sociedade condições favoráveis ao aparecimento de uma ordem competitiva e racional. Tomando essa perspectiva como correta, restar-nos-ia a limitação do horizonte político e social das classes dominadas brasileira a uma reforma do nosso capitalismo, ainda profundamente plasmado de valores pré-modernos. Estaríamos obrigados, por isso, a nos conformar com o “reformismo fraco” do petismo e aliados, cujas mudanças moleculares já estariam a produzir uma ordem social mais democrática. Partindo de outros pressupostos, pelos quais o Brasil é o que é devido a uma forma concreta de existência do capitalismo marcado por uma via de transição não-clássica, o foco de

nossa ação deve se concentrar não em estimular o surgimento de uma ordem social competitiva, mas organizar, conscientizar e mobilizar as grandes massas para lutas cujo foco seja o regime de propriedade e as formas de exploração daí decorrentes, com os conseqüentes desdobramentos na superestrutura política-jurídica-ideológica.

Bibliografia

- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global, 1986.
- LONDON, Jack. *O Povo do Abismo*. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.
- MINH, Ho Chi. *A Resistência do Vietnam*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.
- REED, John. *Eu Vi Um Novo Mundo Nascer*. São Paulo, Boitempo, 2001.
- SOUZA, Jessé. *A Tolice da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Leya, 2015.
- SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania*. Belo Horizonte, UFMG, 2006.
- ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo, Abril Cultural, 1972.

Campinas/SP, junho de 2016.